

Atividades fluminenses: as tendências econômicas estruturais a longo prazo

*Yves-A. Fauré
Lia Hasenclever
René de Carvalho*

A análise das quatro configurações produtivas selecionadas não pode ser isolada das condições econômicas que caracterizam o contexto mais global constituído pelo estado fluminense. É por esta razão que parece importante apresentar as informações estruturais e as principais evoluções relativas às atividades de produção e de troca no espaço estadual. Essa contextualização será feita em quatro aproximações complementares: registrar-se-á, em primeiro lugar, o quadro institucional que esclarece as vicissitudes econômicas fluminenses; a seguir, será examinada a posição ocupada pelo Estado na economia nacional, considerando-se o PIB e seus componentes setoriais; será detalhada, ainda, a evolução dessa economia fluminense, valendo-se de uma análise minuciosa dos estabelecimentos e dos empregos; finalmente, serão avaliados o peso e o papel do setor agropecuário no conjunto das atividades econômicas do Estado.

Para entender as evoluções econômicas fluminenses: a incontornável chave institucional

A longo prazo, pode-se constatar um enfraquecimento da atividade econômica do estado do Rio de Janeiro, apenas melhorada, nestes últimos anos, graças principalmente ao dinamismo específico da cadeia produtiva do petróleo. Os principais dados que medem e caracterizam essa derrocada serão detalhados nos desenvolvimentos seguintes. Inicialmente, é preciso insistir sobre um ponto: se essa evolução, pouco favorável, encontra evidentemente suas causas e sua lógica nos próprios processos e contextos econômicos, se as empresas e as atividades são os primeiros responsáveis por essa situação, se os investidores e os empreendedores contribuíram para esse fenômeno, é necessário destacar que as tendências dos negócios

não podem estar desconectadas do quadro institucional, no qual eles se desenvolvem. As atividades econômicas e seus resultados não dependem somente das iniciativas isoladas dos agentes, de sua energia, de suas inovações, de suas capacidades, de suas chances. Elas estão sujeitas às condições jurídicas, administrativas, regulamentares, fiscais (tributárias), que lhes são “impostas”. Elas são, da mesma forma, sensíveis às políticas públicas – propostas pelos três níveis de poder: federal, estadual, municipal –, que tendem a orientar, sustentar, favorecer, coordenar e planejar as iniciativas privadas.

Mesmo os economistas mais “clássicos”, adeptos da “economia pura” – que tendem a isolar as variáveis econômicas e as tratar independentemente dos outros setores da sociedade – devem reconhecer que se trata de um exercício acadêmico muito formal, limitado em termos de compreensão das questões econômicas, e que estas, para serem bem esclarecidas, devem também estar relacionadas às outras dimensões sociais – culturais, jurídicas etc. – que enquadram as atividades econômicas.

Esta análise limita-se a relembrar alguns dos aspectos institucionais, sem, no entanto, ter a pretensão de fazer um inventário completo ou precisar, a cada vez, em que medida tal ou qual desses aspectos contribuíram exatamente para essa evolução. Porém, é incontestável que, em conjunto, esses fatores pesaram na história da evolução econômica fluminense que será descrita adiante.

Um primeiro fato a assinalar aqui: o amortecimento da atividade econômica no conjunto do estado não significa que alguns sítios fluminenses (cidades, microrregiões) não tenham apresentado crescimento econômico. Os dados estatísticos, econômicos e financeiros mostram que, em um contexto estadual um pouco adormecido, alguns lugares conheceram e conhecem um verdadeiro dinamismo produtivo e uma relativa prosperidade social. Todavia, esses dinamismos são muito localizados, em virtude de iniciativas pontuais – dos empreendedores e dos investimentos privados complementados pela ação dos poderes públicos locais. Em outros termos, trata-se de “manchas” de prosperidade, não relacionadas aos outros espaços econômicos do Estado, que não fizeram freqüentemente parte de uma programação e, sobretudo, que denotam um defeito de coordenação com o conjunto de outras iniciativas econômicas tomadas no território estadual. Assim, a cartografia fluminense das dinâmicas econômicas localizadas coloca em evidência algumas “ilhas” constitutivas de um verdadeiro arquipélago. Somente ações concretas de planejamento para coordenar os investimentos e reparti-los eficaz e eqüitativamente no conjunto do território, visando melhorar sua eficácia intrínseca e o seu equilíbrio espacial, poderiam permitir o melhor relacionamento dos componentes desse arquipéla-

go e o favorecimento dos efeitos de arrebatamento e difusão tendo como base pólos locais de crescimento econômico.

Um segundo aspecto institucional não deve ser esquecido para melhor compreender a evolução fluminense. Trata-se do que muito justamente Carlos Lessa designou como a perda da centralidade da capital carioca (Lessa, 2001). Não se trata só e simplesmente do deslocamento da capital nacional para Brasília que todos têm na memória. Trata-se também, e, principalmente, dos efeitos colaterais ou induzidos por essa translação do coração político do País. Esse deslocamento não foi apenas uma mudança física de ministérios e de administração; foi acompanhado do deslocamento dos centros de negociação e de decisão. Isso provocou, em vários casos, uma realocização, senão total ao menos parcial, das sedes sociais das empresas do Rio de Janeiro em direção à nova capital ou, mais freqüente, acentuou a atração já exercida desde muito por São Paulo, alentada por sua bacia industrial e por seu poder financeiro (bolsa, bancos etc.). Esse processo tanto introduziu uma perda líquida de iniciativas das grandes empresas cariocas, quanto aumentou sua dependência em relação ao pólo político-administrativo (Brasília) e industrial-financeiro (São Paulo). Essa perda ou queda não se deve somente às empresas antigas, afetadas mais ou menos pela transferência da capital federal. O processo de mudança afetou também as empresas mais recentes e os investimentos das últimas décadas os decisores privados não se motivaram a dispersar suas instalações entre vários pólos. Contribuiu também para esse declínio relativo da metrópole carioca uma série de decisões de investimentos ou de incentivos públicos tomada no âmbito de planejamento das autoridades nacionais (complexos metalmeccânico e eletrônico na região de São Paulo, pólo metalmeccânico na região de Belo Horizonte, pólo petroquímico no Rio Grande do Sul etc.).

Um dos resultados destacados por Lessa (2001), que resume perfeitamente a evolução da situação, é o seguinte: em 1997, 22% das indústrias existentes na região metropolitana do Rio de Janeiro em 1989 “havia sido transferidas ou extintas”. Dos 50 maiores bancos brasileiros, nove tinham sede no Rio de Janeiro em 1970, em 1991, só havia cinco. Igualmente, registra-se o fechamento da Bolsa de Valores do Rio, a mais antiga do País, em favor da Bovespa, e a transferência das companhias de aviação do Aeroporto do Galeão (RJ) para o de Guarulhos (SP).

Todos esses fatores causaram uma lenta e incontestável desapareição ou, para aquelas que ainda permaneceram, uma queda de dinamismo das grandes empresas na metrópole carioca e no território estadual. E as ligações com o resto da economia regional foram, da mesma forma, inevitavelmente afetadas.¹

Não se deve também esquecer a fusão do estado da Guanabara com o estado do Rio de Janeiro, em 1975, que atrasou o processo político interno fortemente controlado pelo governo federal, mediante intervenções, até os anos de 1980. Pode-se compreender, assim, que a tomada de consciência da nova unidade estadual, denominada simplesmente estado do Rio de Janeiro, foi bastante tardia e que as preocupações desenvolvimentistas são muito recentes.

Uma outra série de considerações no registro institucional deve ser levada em conta para uma melhor compreensão das condições e do contexto do lento declínio econômico do Rio de Janeiro e de sua região circundante. Estamos nos referindo aqui à defasagem permanente entre as forças e representações políticas estaduais, cariocas e fluminenses, e a liderança política (partidos e alianças de partidos) na instância governamental e parlamentar federal. Pode-se dizer que a história comparada dessas forças entre Rio de Janeiro e Brasília é a história de um desalinhamento que, indiscutivelmente, prejudicou o estado fluminense. O professor de ciência política Octavio Amorim Neto (*O Globo*, 2004a) mostra, com convicção, que as dificuldades econômicas do Rio são diretamente ligadas à sua perda de influência política no cenário nacional. Calculando a participação dos estados – considerando-se a origem dos ministros “políticos” e não “técnicos” – durante os governos de dois períodos ditos democráticos (1946-1964 e 1985-2002), o autor mostra claramente que os estados fundadores do estado do Rio de Janeiro – estados do Rio e da Guanabara – conseguiram juntos cerca de um pouco mais de 15% das nomeações ministeriais entre 1945 e 1964 (Rio de Janeiro era apenas ultrapassado por São Paulo, que obtinha um pouco mais de 21% das nomeações). O “peso” ministerial do Rio caiu para um pouco menos de 3% entre 1985 e 2004, enquanto os estados de São Paulo e do Rio Grande do Sul mantiveram suas posições no mesmo período (um pouco mais de 21% e um pouco mais de 7%, respectivamente). E se a situação melhorou durante o início do governo Lula, com três ministros vindos da região, este fato durou pouco com a substituição dos três ministros e a nomeação de Nilceia Freire apenas, de origem fluminense.

Pode-se explicar essa desvantagem, em primeiro lugar, pelo fato que depois de 1985 o eleitorado do Rio de Janeiro orientou-se sempre mais à esquerda que os partidos que formaram a coalizão governamental nacional e, em segundo, pelo fato de que os partidos mais pujantes na escala regional (PDT, em particular) não tinham audiência ou influência na escala nacional. Ao contrário: as bases que formaram as bases dos governos seguintes em Brasília (PMDB, PSDB, PFL) eram, então, fracas ou muito fracas no município do Rio de Janeiro e no estado fluminense. A situação

não se modificou basicamente desde os dois mandatos dos governadores Garotinho, Anthony e, depois, Rosinha, que se afiliaram ao PMDB somente muito recentemente e estão com uma posição crítica frente ao governo federal. O professor Octavio Amorim Neto avança ainda mais na pesquisa dos fatores de defasagens negativas para a economia carioca e fluminense: ele aponta, sem dúvida com razão, que a fragilidade da liderança política regional em relação à Brasília, sua fraca influência na escala nacional, à exceção de Marcelo Alencar, encorajou os líderes locais a serem candidatos às eleições presidenciais e a entrar, portanto, em colisão com o governo federal.

Desse desalinhamento político constante resultaram dificuldades de comunicação e de afinidades entre as elites políticas estaduais e federais. Em termos de desenvolvimento econômico, as competências, os poderes, os meios dos níveis estaduais e municipais são importantes e têm efeitos locais, porém as decisões de Brasília, os apoios, as ajudas federais são frequentemente indispensáveis para lançar os projetos, consagrá-los oficialmente, finalizá-los, principalmente com o intermédio das agências federais de financiamento (CEF, BNDES e os outros fundos). É importante observar que, mesmo essa ajuda sendo apenas parcial, ela é fundamental para favorecer a obtenção de financiamentos complementares que não estão ao alcance dos meios estaduais e municipais.

Se as dificuldades da economia fluminense são, como acabamos de mostrar, indissociáveis do quadro e do contexto institucionais, a renovação desse quadro pode ser um fator que favorece à revitalização das atividades na região. Começam-se a perceber assim os primeiros sinais de uma verdadeira preocupação com o desenvolvimento local e estadual.² As iniciativas recentes, decorrentes tanto de ações do governo do estado, quanto das agências técnicas profissionais (Firjan, Sebrae etc.), caminham nesse sentido.³ O melhoramento constante deve-se à vontade de encarar os programas, não apenas do ponto de vista de potencialidades pontuais e locais, como também de uma maneira integrada, associando e ligando vários projetos, tendo como base uma visão regional, fundada em uma repartição espacial das atividades e das especializações. Podem-se citar, como exemplos, os programas Polotec, fazendo de Niterói um grande pólo de tecnologia do petróleo e da indústria naval; fruticultura para o norte fluminense; a moda íntima na região centro-norte; o metalmecânico no sul fluminense; o pólo gás-químico na Baixada; o pólo de petróleo e gás na região de Macaé; a informática na região serrana. A boa conduta institucional dessas orientações determinará o sucesso da retomada de crescimento econômico fluminense e de seu equilíbrio espacial.

A produção fluminense: longo declínio e recente recuperação

A economia fluminense no cenário nacional e da região Sudeste: problemas e desafios

A análise dos dados, principalmente estatísticos, produzidos regularmente pelo IBGE e pelo governo do estado do Rio, por meio do CIDE, bem como as informações contidas nos vários estudos acadêmicos apresentam uma visão instrutiva do lugar e da evolução da economia do estado do Rio no conjunto nacional e permitem situar, em termos gerais, alguns dos principais problemas e desafios.

As tendências do desenvolvimento da atividade econômica do estado do Rio não estão em contradição com as evoluções da conjuntura macro do País, mas esboçam trajetórias que são naturalmente ligadas à sua própria história e enfrentam problemas que são específicos da sua estrutura produtiva. Sabe-se, principalmente via IBGE, que a contribuição do setor industrial nacional na formação do PIB brasileiro tende a decrescer sensivelmente: essa parcela passou, entre 1990 e 1998, de 38,7% a 34%, ou seja, uma queda de 12% em oito anos. Esse fenômeno se traduziu em nítidas modificações na organização espacial da produção industrial. Os pilares do setor secundário brasileiro, nos estados de São Paulo e Rio de Janeiro, perderam peso no conjunto nacional, com quedas respectivas de 50% e 40% no longo período de 1970-1997. O Estado fluminense, que realizava 15,6% da produção industrial brasileira em 1970, vê sua participação cair para 7,8% em 1997. Esse refluxo relativo atinge as três grandes categorias de bens (bens de consumo, bens intermediários e bens duráveis), conforme Pacheco (1999), e essa evolução setorial ultrapassa nitidamente a queda da contribuição do estado do Rio de Janeiro ao PIB brasileiro em todos os seus componentes, da ordem de 29% no mesmo período (passa de 16,1% para 11,4%). Tudo isso sublinha a amplitude das modificações observadas no aparelho industrial do Rio de Janeiro e em seu entorno.

Pode-se acompanhar o quadro e a interpretação do conjunto dessas evoluções sugerido por Pacheco (1999). Observa-se um primeiro processo de desconcentração regional que se manifesta por uma maior disseminação das atividades industriais pelo território nacional. Esse fenômeno se deve a vários fatores, mas os principais parecem estar ligados, de um lado, aos deslocamentos de atividades movidos pela busca de redução de custos de produção, tratando-se particularmente de grandes atividades intensivas em mão-de-obra, e, de outro lado, pelas políticas da União, dos estados e das municipalidades de multiplicação das medidas de atração dos investimentos das empresas. Sabe-se que essa tendência, visível no Brasil nes-

tes últimos anos, e que se traduz na criação de externalidades positivas por parte do Poder Público, foi tão expressiva que justifica a designação corrente de uma verdadeira guerra fiscal. Uma outra grande tendência concomitante diz respeito à concentração regional dos investimentos em setores de forte crescimento. Finalmente, o autor destaca, como outros também o fazem, a acentuação da heterogeneidade interna das regiões brasileiras, com a formação ou a manutenção de ilhas de prosperidade (fenômenos observáveis, por exemplo, nas periferias das grandes cidades), o crescimento do poder econômico das cidades médias em descompasso com muitas áreas metropolitanas.

Com a preocupação específica de relacionar, para o longo período, a dinâmica transformadora do conjunto das atividades econômicas, sua inserção espacial, os movimentos populacionais e finalmente as mudanças que afetam a estrutura urbana do Brasil, o economista Campolina Diniz chega a conclusões muito próximas. A desconcentração industrial, que recolocou em questão, principalmente, a polarização das atividades na metrópole paulista, foi favorecida pelo governo federal – mediante investimentos produtivos diretos, incentivos fiscais e financiamento de grandes equipamentos. A modernização tecnológica, assim como os processos concomitantes de globalização, abertura comercial e de construção do mercado regional (MERCOSUL), incentivou a emergência de novas e ativas áreas de produção (Campinas, Curitiba, Florianópolis, entre outras). Ou seja, a perda de peso relativo das grandes metrópoles nacionais ocorreu em benefício de centros urbanos e industriais de tamanho intermediário (Diniz, 2000).

As análises econômicas realizadas com base em dados da contabilidade nacional, como também os trabalhos realizados a partir da evolução do emprego (Sabóia, 2001 e Maciel, 2003), mostraram um processo lento mas constante de desconcentração da economia brasileira. Dessa forma, por exemplo, foi que a região Sudeste, que contribuía com um pouco mais de 60% do PIB brasileiro em 1985, passou a produzir apenas 57% da riqueza nacional em 2001. Esta evolução geral realizou-se favorecendo as regiões Centro-Oeste e Norte do País.

Essa perda relativa do Sudeste, progressiva e inexorável, diz respeito, em primeiro lugar, ao estado de São Paulo, que embora continue a liderar as atividades econômicas entre os estados da federação, apresentou queda de participação no PIB de 36,1% em 1985 para 33,4% em 2001. Apesar do peso estrutural da economia paulista e de seu crescimento em termos absolutos, nota-se que a perda relativa de sua posição é constante depois de 1988, quando o Estado produziu 38,1% do PIB brasileiro. Isso mostra que o fenômeno de recomposição espacial das atividades econômicas é

definitivo e que ele resulta de modificações de fatores de ordem estrutural. A posição relativa das outras unidades federativas da região Sudeste – Minas Gerais e Espírito Santo – parece ter se estabilizado durante o mesmo período de 1985-2001, em torno de um pouco menos de 10% e de 2% respectivamente.

Os desafios de desenvolvimento do Estado do Rio de Janeiro

A exploração dos dados do IBGE permite dizer que, de 1985 a 2001, a parte relativa do estado do Rio de Janeiro na criação da riqueza nacional parece, à primeira vista, relativamente estável, tendo passado de 12,7% a 12,3% do PIB em 16 anos.⁴ Porém, essa visão é enganosa. Inicialmente, é preciso lembrar que, em 1970, o Rio de Janeiro produzia 16,1% do PIB brasileiro. Além disso, é preciso sublinhar que o Rio foi o Estado da federação que apresentou o crescimento mais lento entre 1985 e 2001: quando a taxa média de crescimento era de 49% para o Brasil, ela foi de apenas 27% para o Estado do Rio de Janeiro.

De fato, o intervalo de 1985-2001, para o estado do Rio de Janeiro, pode ser caracterizado por dois períodos distintos. O primeiro, de 1985 a 1998, foi marcado por uma crise da economia fluminense e uma perda gradativa de seu dinamismo. A partir de 1998, assiste-se à recuperação das atividades, principalmente em virtude de uma forte aceleração da cadeia petrolífera. A posição relativa do Estado na formação do PIB brasileiro ilustra perfeitamente essas tendências: em 1998, a contribuição fluminense para a riqueza nacional era de 11%, tendo ultrapassado os 12% após esse ano. Mas essa recuperação é frágil: por um lado, repousa essencialmente sobre um setor muito dinâmico e, por outro, alguns estados e regiões do Brasil obtêm melhores desempenhos e melhores resultados nos numerosos setores de atividade. Decorrente dessa dinâmica diferenciada, no conjunto do País, pode-se dizer que somente a retomada das atividades fluminenses em si não é suficiente para que o estado do Rio retorne à sua posição relativa dos anos de 1970 ou mesmo da metade dos anos de 1980.

É importante registrar, rapidamente, que, em termos de renda *per capita*, o Rio de Janeiro continua a ter uma posição muito boa (R\$ 10.160,00), que o coloca atrás somente do Distrito Federal (R\$ 15.725,00) e do estado de São Paulo (R\$ 10.642,00), em 2001. O poder de compra real deve ser levado em conta na análise dos fatores de crescimento econômico.

Se examinarmos a participação fluminense no PIB brasileiro no que se refere aos componentes setoriais, podem-se sublinhar os seguintes traços principais: certos setores perderam posição relativa entre 1985 e 2001 – agropecuária, serviços industriais de utilidade pública (eletricidade, gás, água), construção civil, atividades de alojamento e alimentação, transpor-

tes e armazenagem, comunicações, intermediação financeira, imobiliária e prestações de serviços às empresas. Essas numerosas perdas setoriais mostram que o declínio relativo do estado fluminense é bastante generalizado e apresenta-se em quase todos os setores das atividades econômicas. Raros são os setores que mantiveram sua posição (indústria de transformação, comércio e reparação); deve-se, entretanto, notar o desenvolvimento espetacular da cadeia do petróleo, que representava, em 2001, cerca de três quartos do setor na escala nacional.

Todavia, esta abordagem da participação relativa dos setores no Estado não é suficiente. É também necessário observar as evoluções setoriais fluminenses em absoluto e em comparação com as dos outros estados. A leitura de dados estatísticos oferece um panorama um pouco diferente, complementar e mostra dinamismos variados. Dois setores se destacam pelo crescimento espetacular: a indústria extrativa (cujo coeficiente foi multiplicado por 3,18 de 1985 a 2001) e as comunicações (x 3,45). Os demais setores, em crescimento, apresentam um menor dinamismo (imobiliário e serviços às empresas: x 1,37; alojamento e alimentação: x 1,48; serviços industriais de utilidade pública: x 1,32). Constata-se, ao contrário, um declínio da indústria de transformação, passando do índice 100 em 1985 ao índice 89,9 em 2001, mas não se trata de um fenômeno tipicamente fluminense já que, neste setor, o Estado praticamente manteve a sua posição em relação ao País entre 1985 e 2001.

Podem-se rapidamente tirar três ensinamentos do exame dessas estatísticas. Inicialmente, o declínio da economia fluminense é bastante geral porque ele é observado sobre vários setores de atividades. Em seguida, nota-se que o essencial da menor deterioração e/ou da recuperação econômica do Estado é devida ao setor do petróleo, que é responsável por mais de 60% da nova retomada estadual, constatada depois de 1998. Enfim, como a economia fluminense faz parte do conjunto nacional, as dinâmicas estaduais de certos setores podem ser importantes mas não suficientes. Emblemático, nesse aspecto, é o caso do setor de comunicações, no qual o índice de crescimento no Estado elevou-se fortemente, passando de 100 a 345 em 16 anos, porém o crescimento na escala estadual foi ultrapassado em outros estados da federação, já que a contribuição fluminense para esse setor, no conjunto nacional, caiu de 28,3% para 10,2% durante o período de 1985-2001.

Os dados oficiais e definitivos de 2002 não estavam ainda disponíveis no momento em que foi redigido o presente documento. No entanto, para perceber as últimas tendências é possível referir-se aos dados provisórios para o ano 2003, divulgados pelo IBGE através da imprensa nacional (*O Globo*, 2004b). Indicou-se que o PIB brasileiro para o ano de 2003 progrediu

apenas 0,19%, um pouco superior àquele de 1998 (+ 0,13%). As incertezas que acompanharam a eleição presidencial do fim de 2002 e o nível bastante elevado da taxa de juros tiveram efeitos incontestavelmente recessivos sobre a atividade. Tratando-se mais precisamente da economia fluminense e mais particularmente das últimas informações disponíveis sobre o setor industrial do Estado do Rio, o IBGE mostra que a produção estava praticamente estagnada em 2003 (+ 0,9%), ao passo que, nos anos precedentes, registrou-se um crescimento continuado de 10,1%, como, por exemplo, em 2002. A queda da indústria de transformação (-3%) e o fraco crescimento das atividades petrolíferas (+0,7%), em virtude da parada na exploração da plataforma *offshore*, na Bacia de Campos, explicam esses resultados industriais. No mesmo ano de 2003, a química recuou 3,2% e a têxtil apresentou uma baixa considerável de 31%, ao contrário da metalurgia que apresentou expansão de 7,6%.

Esses dados parciais e recentes, oficiais mas provisórios, parecem confirmar que a retomada da economia fluminense é ainda frágil e que ela está sujeita a eventos pontuais em certos setores cruciais, como o petróleo, e a dificuldades mais estruturais em outros setores (têxtil, por exemplo).

Todas essas considerações definem o quadro de problemas encontrados atualmente pela economia do estado do Rio de Janeiro e os termos de sua equação. O esvaziamento relativo de seu dinamismo industrial e as modificações impostas ao seu aparelho produtivo são acompanhados de um processo de esgotamento do crescimento urbano da capital do Estado e de sua área metropolitana, cuja densidade gera deseconomias externas que tendem a anular os efeitos positivos da aglomeração⁵. Torna-se, então, imperativo, em um contexto de elevada concorrência, sustentar e impulsionar a atividade econômica para novos tipos de produção, para novas organizações produtivas, para áreas geográficas situadas fora da zona demográfica mais importante do Estado.

A evolução dos estabelecimentos e do emprego no período 1985-2001

Apesar de o presente estudo ser consagrado essencialmente às condições contemporâneas do desenvolvimento econômico na escala local, não seria possível negligenciar os esclarecimentos de uma análise a longo prazo. As tendências atuais que caracterizam as orientações socioeconômicas municipais e suas potencialidades de expansão no futuro são fortemente influenciadas pelas condições, desempenhos e trajetórias passadas. No que diz respeito à evolução dos números de estabelecimentos e de emprego, utilizou-se a RAIS, organizada pelo MTE e classicamente usada para estudos dessas variáveis. Essa fonte permite uma abordagem longitudinal dessas

variáveis no conjunto da economia dita formal por serem os seus dados baseados nas informações fornecidas pelas empresas regularmente registradas.⁶

Num esforço de resumir os resultados da pesquisa realizada, destaca-se não só o elemento comum aos diferentes níveis de análise e localizações, como também as suas particularidades. Se estas, em face da evidência, existem em cada uma das CPLs selecionadas, elas não são de tal amplitude e de tal natureza que não se possam identificá-las com as tendências gerais da economia do estado e da região. Ao contrário, as especialidades, as originalidades locais, têm significado dentro de um quadro mais amplo, no qual predominam características partilhadas pelo conjunto dos sítios. É por essa razão que parece necessário, antes de resumir as estruturas e as evoluções próprias a cada sítio, apresentar algumas dessas tendências que marcam o conjunto das atividades e das empresas e que se impõem, mais ou menos, dependendo dos lugares e dos municípios. As estatísticas comentadas a seguir estão resumidas na Tabela 1.

Quadro geral: constantes estruturais e dinâmicas recorrentes

A forte presença numérica dos micro e pequenos estabelecimentos

Além do fato de que a evolução entre 1985 e 2001 confirma o crescimento geral de seu peso relativo, os microestabelecimentos, funcionando com até nove empregados, continuam a constituir, no fim do período, a parte hegemônica da população de empresas em todos os sítios analisados, variando de 81% em Macaé a 85,5% em Campos. Menos numerosos, os pequenos estabelecimentos representam, segundo os sítios, entre 12% e 14,5 dos estabelecimentos locais. Juntas, as pequenas e microempresas representam entre 95% e 98% do tecido empresarial, demonstrando a forte predominância dos estabelecimentos mais modestos e a existência de semelhanças de estrutura entre as quatro CPLs estudadas aqui, apesar das inevitáveis diferenciações dinâmicas e das particularidades de composição setorial. Essa característica estrutural foi reforçada pela dinâmica diferenciada de crescimento das categorias de tamanho dos estabelecimentos. Observa-se, com efeito, uma tendência clara, no tempo, de reforçar, um pouco em todos os sítios, as micro e as pequenas unidades em números absolutos – com taxas de crescimento às vezes impressionantes – e, como consequência, de elevar seu peso relativo nas estruturas empresariais locais. Exagerando-se um pouco, pode-se especular se, a médio prazo, essas unidades mais modestas não ocuparão todo o espaço empresarial local.

O primeiro ensinamento a ser tirado dessa realidade e dessa evolução é que, se as problemáticas de desenvolvimento na escala local dependem de condições próprias e se as políticas e dispositivos para induzir e reforçar esse

Tabela 1: Variações do emprego e do número de estabelecimentos no quadro fluminense 1985-2001

Emprego		Estado					Peso setor/ total	Interior					Peso setor/ total	Campos					Peso setor/ total
		Mi	Pe	Mé	Gr	Total		Mi	Pe	Mé	Gr	Total		Mi	Pe	Mé	Gr	Total	
indústria	Δ absoluta	0%	-4%	-29%	-58%	-40%		47%	42%	12%	-53%	-22%		28%	59%	5%	-100%	-63%	
	Δ relativa	4,1	8,6	4,2	-16,8		-9,5	5,5	11,3	8,0	-24,8		-15,1	13,2	38,2	20,9	-72,3		-22,5
construção civil	Δ absoluta	156%	79%	2%	-33%	2%		313%	164%	47%	101%	106%		269%	285%	116%	0%	175%	
	Δ relativa	6,7	10,6	-0,2	-17,1		-0,1	6,1	5,2	-10,4	-0,9		1,4	4,0	9,8	-13,8	0,0		4,2
comércio	Δ absoluta	66%	53%	10%	-34%	33%		100%	82%	64%	-18%	75%		72%	44%	54	(*)	61%	
	Δ relativa	7,6	4,6	-4,1	-8,1		3,7	5,4	1,4	-1,2	-5,7		3,4	2,8	-4,0	-0,9	2,2		9,6
serviços	Δ absoluta	76%	54%	11%	1%	15%		119%	74%	33%	91%	77%		98%	40%	9%	-1%	16%	
	Δ relativa	4,1	4,2	-1,0	-7,3		5,5	2,5	-0,3	-5,9	3,7		9,3	5,9	3,3	-1,6	-7,6		5,2
agropecuária	Δ absoluta	354%	79%	13%	324%	41%		756%	111%	19%	324%	214%		1389%	100%	100%	324%	197%	
	Δ relativa	28,8	-8,7	-21,5	1,4		0,5	40,0	-12,2	-29,4	1,6		1,1	36,7	-10,6	-38,7	12,6		3,5
total nível/ sítio	Δ absoluta	65%	41%	-1%	-15%	5%		110%	72%	32%	22%	46%		93%	54%	21%	-1%	4%	
	Δ relativa	6,0	5,5	-1,2	-10,3			6,2	3,4	-2,2	-7,3			11,6	9,3	3,6	-24,5		
produtivo	Δ absoluta	62%	35%	-10%	-34%	-2%		108%	66%	22%	-9%	34%		92%	54%	7%	-85%	-9%	
	Δ relativa	8,7	7,4	-1,9	-14,1		-5,3	9,1	5,2	-2,0	-12,3		-7,5	16,5	14,3	3,9	-34,7		-10,3
não produtivo	Δ absoluta	160%	143%	93%	14%	28%		187%	144%	107%	106%	106%		140%	84%	254%	50%	174%	
	Δ relativa	2,1	3,8	3,7	-9,5		5,3	1,6	1,7	0,1	-3,4		7,5	1,8	0,4	9,0	-11,1		10,3

Tabela 1: continuação

Emprego	Itaguaí						Macaé						N. Friburgo						
		Mi	Pe	Mé	Gr	Total	Peso setor/ total	Mi	Pe	Mé	Gr	Total	Peso setor/ total	Mi	Pe	Mé	Gr	Total	Peso setor/ total
indústria	Δ absoluta	67%	22%	-72%	-69%	-48%		53%	175%	531%	30%	68%		189%	233%	55%	-48%	25%	
	Δ relativa	13,3	20,0	-11,5	-21,8		-24,4	0,2	3,5	16,2	-19,5		-19,0	9,3	24,9	3,4	-37,6		-8,6
construção civil	Δ absoluta	181%	59%	564%	0%	565%		1906%	410%	18%	1066%	614%		119%	178%	-90%	0%	-5%	
	Δ relativa	-9,0	-64,1	73,2	0,0		2,9	2,2	-2,2	-32,8	32,8		10,2	13,4	45,6	-59,1	0,0		-1,8
comércio	Δ absoluta	124%	57%	169%	0%	109%		142%	172%	233%	(*)	190%		126%	73%	148%	88%	105%	
	Δ relativa	2,7	-9,4	6,7	0,0		0,4	-8,0	-2,5	1,9	8,6		0,4	4,8	-5,6	1,6	-0,8		5,2
serviços	Δ absoluta	99%	46%	-6%	507%	194%		213%	170%	153%	459%	254%		121%	57%	59%	80%	77%	
	Δ relativa	-3,1	-10,0	-24,2	37,3		20,9	-1,2	-5,0	-11,0	17,2		8,8	4,6	-2,3	-2,9	0,6		5,1
agropecuária	Δ absoluta	378%	-32%	0%	0%	166%		617%	96%	-100%	0%	84%		586%	81%	-100%	0%	79%	
	Δ relativa	38,5	-38,5	0,0	0,0		0,3	57,2	1,3	-58,5	0,0		0,4	52,9	0,5	-53,4	0,0		0,1
total nível/ sítio	Δ absoluta	117%	38%	17%	211%	101%		178%	177%	180%	180%	179%		137%	125%	38%	-7%	54%	
	Δ relativa	1,1	-7,1	-12,4	18,5			-0,1	-0,1	0,0	0,2			9,3	9,4	-2,1	-16,7		
produtivo	Δ absoluta	113%	31%	21%	323%	89%		175%	160%	183%	170%	172%		134%	124%	21%	-28%	47%	
	Δ relativa	2,0	-8,1	-11,6	17,8		-6,1	0,1	-0,7	0,9	-0,3		-3,0	11,5	11,7	-3,4	-19,8		-4,3
não produtivo	Δ absoluta	194%	546%	15%	193%	176%		247%	715%	310%	284%	300%		224%	135%	133%	81%	106%	
	Δ relativa	0,3	3,7	-8,8	4,8		6,1	-1,2	7,3	-3,5	-2,6		3,0	3,1	1,4	3,1	-7,6		4,3

Varição relativa indicada em pontos de %; (*) não há dados para o ano inicial do período.

Fonte: Hasenclever e Fauré, coord., 2004, vol. II Anexos, com base na RAIS

Tabela 1: continuação

Número de estabelecimento		Estado					Peso setor/ total	Interior					Peso setor/ total	Campos					Peso setor/ total
		Mi	Pe	Mé	Gr	Total		Mi	Pe	Mé	Gr	Total		Mi	Pe	Mé	Gr	Total	
indústria	Δ absoluta	5%	2%	-26%	-46%	0%		47%	45%	16%	-37%	43%		31%	58%	-11%	-100%	31%	
	Δ relativa	3,4	-0,4	-2,0	-1,1		-5,2	2,3	0,4	-1,2	-1,5		-4,4	0,1	5,3	-7,0	-3,6		
construção civil	Δ absoluta	218%	87%	6%	-11%	152%		422%	183%	47%	80%	313%		311%	420%	75%	0%	298%	
	Δ relativa	15,5	-6,7	-6,9	-2,0		1,1	16,2	-7,8	-7,1	-1,4		1,7	2,3	4,8	-7,1	0,0		
comércio	Δ absoluta	64%	62%	13%	-18%	62%		94%	92%	69%	26%	93%		76%	35%	28%	(*)	71%	
	Δ relativa	0,7	0,0	-0,6	-0,1		-1,2	0,3	-0,1	-0,2	0,0		-3,5	2,7	-2,5	-0,3	0,0		
serviços	Δ absoluta	86%	63%	10%	18%	78%		123%	90%	32%	76%	113%		97%	54%	11%	75%	86%	
	Δ relativa	3,6	-1,3	-1,8	-0,4		2,9	3,6	-1,7	-1,7	-0,2		0,8	4,9	-2,7	-2,1	-0,1		
agronegócio	Δ absoluta	545%	97%	-30%	(*)	466%		1170%	140%	-39%	(*)	918%		1505%	173%	0%	(*)	1096%	
	Δ relativa	11,5	-8,9	-2,6	0,0		2,3	18,9	-14,4	-4,4	0,0		5,4	24,1	-15,7	-8,5	0,2		
total nível/sítio	Δ absoluta	73%	50%	1%	-6%	65%		115%	83%	33%	25%	107%		104%	58%	12%	-24%	93%	
	Δ relativa	3,6	-1,5	-1,6	-0,5			3,2	-1,6	-1,2	-0,3			4,6	-2,7	-1,4	-0,4		
produtivo	Δ absoluta	67%	44%	-7%	-19%	59%		109%	78%	24%	8%	101%		101%	57%	0%	-61%	90%	
	Δ relativa	3,7	-1,5	-1,7	-0,5		-4,4	3,1	-1,6	-1,2	-0,3		-3,5	4,7	-2,6	-1,6	-0,5		
não produtivo	Δ absoluta	236%	152%	101%	60%	206%		270%	157%	110%	100%	233%		174%	84%	233%	200%	164%	
	Δ relativa	7,0	-3,2	-2,2	-1,6		4,4	8,0	-4,4	-2,4	-1,2		3,5	3,1	-4,2	0,9	0,2		

Tabela 1: continuação

Número de estabelecimento		Itaguaí					Peso setor/total	Macaé					Peso setor/total	N. Friburgo					Peso setor/total
		Mi	Pe	Mé	Gr	Total		Mi	Pe	Mé	Gr	Total		Mi	Pe	Mé	Gr	Total	
indústria	Δ absoluta	69%	6%	-57%	-67%	38%		81%	104%	383%	200%	110%		165%	264%	100%	-38%	180%	
	Δ relativa	14,3	-5,4	-6,1	-2,9		-5,5	-9,1	-0,7	8,0	1,8		-2,9	-3,8	6,9	-1,1	-2,1		3,1
construção civil	Δ absoluta	429%	133%	(*)	0%	400%		1857%	475%	33%	800%	1053%		281%	240%	-83%	0%	219%	
	Δ relativa	4,0	-16,0	12,0	0,0		2,5	32,5	-13,4	-17,7	-1,5		4,9	12,0	1,6	-13,5	0,0		0,8
comércio	Δ absoluta	117%	61%	150%	0	111%		129%	215%	400%	(*)	138%		129%	76%	100%	100%	124%	
	Δ relativa	2,5	-2,8	0,3	0,0		-1,2	-3,6	3,0	0,5	0,1		-8,4	2,2	-2,1	-0,1	0,0		-2,3
serviços	Δ absoluta	123%	88%	-13%	250%	107%		216%	198%	124%	350%	208%		131%	66%	39%	33%	120%	
	Δ relativa	5,7	-1,7	-4,8	0,8		-1,6	1,9	-0,5	-2,0	0,5		2,6	4,2	-2,8	-1,3	-0,2		-2,7
agropecuária	Δ absoluta	830%	-33%	0%	0%	631%		1100%	67%	-100%	0%	777%		540%	300%	-100%	0%	467%	
	Δ relativa	21,0	-21,0	0,0	0,0		5,9	26,1	-14,3	-11,8	0,0		3,8	10,8	-2,5	-8,3	0,0		1,0
total nível/sítio	Δ absoluta	135%	55%	19%	60%	115%		185%	189%	154%	344%	185%		139%	138%	40%	-8%	135%	
	Δ relativa	7,1	-4,6	-2,3	-0,2			-0,2	0,2	-0,5	0,5			1,3	0,1	-1,0	-0,4		
produtivo	Δ absoluta	128%	49%	22%	75%	110%		173%	176%	158%	375%	174%		135%	135%	28%	-18%	131%	
	Δ relativa	6,9	-4,8	-1,9	-0,1		-3,1	-0,5	0,1	-0,2	0,7		-4,7	1,3	0,2	-1,1	-0,4		-2,2
não produtivo	Δ absoluta	280%	450%	33%	0%	254%		420%	560%	200%	100%	419%		246%	192%	140%	100%	232%	
	Δ relativa	5,7	4,3	-7,2	-2,8		3,1	0,2	2,5	-1,6	-1,1		4,7	3,4	-1,5	-1,4	-0,4		2,2

Varição relativa indicada em pontos de %; (*) não há dados para o ano inicial do período.

Fonte: Hasenclever e Fauré, coord., 2004, vol. II Anexos, com base na RAIS

desenvolvimento devem ser adaptadas a cada situação, os programas públicos e as ações coletivas, os apoios organizados, não podem ser totalmente originais e diferentes de um lugar para outro, porque eles se defrontam com realidades convergentes e com restrições constantes nos diferentes sítios em que se aplicam. Assim, mesmo que o peso das MPEs, em termos de valor agregado, de produtividade, de emprego e de investimentos, entre outros aspectos, coloca-as bastante atrás das médias e grandes empresas, a sua população numerosa não somente não pode ser ignorada nas condições de elaboração e de implementação de políticas de desenvolvimento na escala municipal, como também deve ser, inevitavelmente, um dos alvos favoritos.

A preponderância dos serviços e do comércio, bem como das grandes empresas, no emprego total

Nota-se que, em 2001, uma maioria de empregados exercia sua atividade no setor de serviços, em todos os níveis de análise e em todos os sítios abordados. Além disso, esse setor, ao longo dos 16 anos, reforçou sua posição de primeiro empregador, tanto por seu crescimento em termos absolutos, quanto por sua melhora de posição relativa.

À exceção de Nova Friburgo, onde a indústria, especialidade da cidade, é o segundo setor empregador local, o comércio constitui-se um outro importante foco para o emprego, se bem que em uma menor proporção do que os serviços – da ordem de 12% a 21%. Observa-se, também, um crescimento dos empregos gerados pelo comércio nesse período, mais nitidamente que no setor de serviços no plano do Estado e um pouco menos em alguns sítios.

Embora as unidades menores – micro e pequenas – constituam entre 95% e 98% do tecido empresarial, elas ocupam uma posição mais modesta na oferta de empregos – entre 38% no Estado como um todo e 57% em Nova Friburgo. É importante, em termos de características da morfologia empresarial, ressaltar que esses estabelecimentos não podem rivalizar com as unidades de porte superior por volume de postos de trabalho, salvo em Nova Friburgo, onde a maioria dos empregos está localizada nas MPEs (respectivamente 57% contra 43%). Apesar de se observar que as médias empresas e, em uma proporção mais forte, as grandes empresas reduziram fortemente o número de empregados, elas, em conjunto, representam ainda perto de dois postos de trabalho sobre três no Estado, com as notáveis exceções de Campos e Nova Friburgo, onde o desaparecimento ou a queda da atividade de algumas grandes empresas se traduziu imediatamente na redução da importância estatística destas no emprego local. Observam-se, portanto, dois fenômenos principais: estaticamente, a oferta de trabalho decorre ainda majoritariamente das grandes empresas, ao

passo que, dinamicamente, a criação de novos empregos é essencialmente assegurada pelas atividades realizadas nas empresas de menor porte.

As características do Estado do Rio de Janeiro contrastadas com as do interior fluminense

Foi visto que o emprego total no Estado aumentou somente 5% entre 1985 e 2001. Levando-se em conta um crescimento demográfico de 20% no mesmo período, deve-se considerar o resultado econômico em termos de absorção de oferta de mão-de-obra como globalmente negativo. Ele confirma o que já se sabia por outras fontes no que se refere à perda de dinamismo das atividades, e somente em alguns setores onde o Estado detém um quase monopólio de produção – pensa-se em particular no petróleo – ou tem uma tradição antiga – em especial o setor têxtil e de confecções – foi evitado o enfraquecimento completo no plano econômico. Nessas condições as trajetórias de crescimento observadas aqui e acolá na escala local representam antes focos ou nichos excepcionais, e alguns bons desempenhos municipais obtidos não são decorrentes de planejamento e coordenação a longo prazo no nível do Estado, como seria de se esperar. Em outros termos, os bolsões de crescimento existentes representam antes experiências isoladas e não são o resultado de um movimento mais amplo de crescimento, que teria dado lugar à geração de frutos localizados.

O desempenho sofrível em termos de empregos foi resultado de dois fatores essenciais. Em termos setoriais, a queda do emprego industrial foi muito importante, com uma redução de 40% do número de postos de trabalho em 16 anos. Por outro lado, e reforçando este fenômeno, a diminuição do número de empregados nas grandes empresas foi espetacular, com uma perda de 15% em 16 anos. Deve-se destacar que as grandes empresas abrigavam cerca de 54% do emprego total do Estado em 1985.

Com uma evolução de apenas 2% entre 1985 e 2001, a construção civil apresentou um desempenho praticamente negativo. Somente os serviços, com um aumento dos empregos de 15%, no período, e, sobretudo, o comércio, em que o crescimento dos empregos (33%) ultrapassou claramente a progressão demográfica do Estado, apresentaram um aumento dos postos de trabalho. Nestes dois casos mais positivos, são as pequenas unidades que contribuem para “salvar” o desempenho do emprego na escala estadual.

Observa-se, para argumentar sobre esse ponto, uma redução sensível (-37%) do tamanho médio dos estabelecimentos, medido com base no número de empregos gerados ao longo do período. Além da melhoria dos registros estatísticos da RAIS, no que diz respeito às pequenas unidades, é preciso ver nesse resultado global a confirmação das tendências à terceirização e ao surgimento de PMEs, como também as dificuldades crescentes

encontradas pela economia fluminense, principalmente ao longo da primeira metade da última década.

Os dados sobre os números de estabelecimentos autorizam, mais ou menos, as mesmas interpretações. O número de unidades do setor industrial estagnou-se completamente em 16 anos, e a perda parece ter sido maior entre os grandes estabelecimentos (-46%). As unidades de construção civil apresentaram um importante crescimento numérico essencialmente na categoria dos estabelecimentos de menor tamanho. Quanto aos serviços e ao comércio, ambos os setores obtiveram resultados que variam pouco em torno da média estadual intersetorial.

Em se tratando dos resultados apresentados pelo interior fluminense e as suas evoluções, pode-se observar inicialmente que o emprego total, em 16 anos, aumentou 46% em volume. Quanto ao setor industrial, este é igualmente deficitário, porém, em comparação com o que ocorre no nível estadual, a perda de emprego é menor, de apenas 22% contra 46% respectivamente. Outra diferença sensível destes dois níveis de análise: as grandes empresas ainda que tenham apresentado uma taxa de crescimento do emprego menor do que as empresas de tamanho mais modesto, os saldos são positivos nessa categoria de estabelecimento para o interior, contrariamente aos resultados observados no Estado. Nota-se o nítido aumento do emprego na construção civil (+ 106% em valor absoluto) e o crescimento um pouco menor, porém sempre positivo, nos serviços e no comércio.

Os números de empresas progrediram em todos os setores mais fortemente do que no Estado. No interior, a mesma tendência se confirma, mostrando a explosão do número de unidades de menor tamanho. Embora o tamanho médio dos estabelecimentos, medido considerando-se os empregos gerados, tenha-se reduzido em 16 anos, a queda foi menor do que no conjunto do Estado.

A economia do interior fluminense obteve, em todos os pontos analisados, resultados superiores aos do Estado. Dito de outra forma, de maneira mais modesta e sem dúvida mais próxima da realidade, a idéia é adiantar que o interior do Estado resistiu melhor às dificuldades econômicas. Esse fenômeno não é particular do estado do Rio de Janeiro, porém, apesar de o peso econômico relativo do interior ter aumentado a partir de 1985, ele continua minoritário nas três dimensões examinadas aqui. Sendo assim, apesar das evoluções mais virtuosas pelas quais ele passou, o interior influencia ainda muito pouco os resultados da economia estadual em seu conjunto.

Os resultados diferenciados das quatro CPLs

Em Campos, o aumento do número de empregos foi somente de 4% em 16 anos, o que corresponde a uma evolução claramente negativa em relação ao

crescimento da população no Município. A queda do número de empregados, tanto nos estabelecimentos industriais, quanto nas grandes firmas, contribuiu fortemente para essa degradação do emprego local. Observa-se uma progressão dos postos de trabalho na construção civil, assim como nos micro e pequenos estabelecimentos, e, em menor grau, nas empresas de tamanho médio. O aumento dos postos de trabalho no comércio, se bem que positivo, é inferior ao resultado do interior fluminense; além disso o número de empregados nos serviços aumentou muito pouco.

O crescimento do número de estabelecimentos de Campos é essencialmente devido às unidades de tamanho mais modesto; as grandes empresas, em todos os setores, à exceção do setor de serviços, reduziram nitidamente sua presença na paisagem local ou desapareceram desta. Enfim, o tamanho médio dos estabelecimentos, medido em termos de número de empregados, dividiu-se por quase dois.

Em Itaguaí, o número dos empregados dobrou em 16 anos, desempenho duas vezes superior àquele do interior fluminense. O emprego industrial decaiu (-48%), mas progrediu espetacularmente nos setores de construção civil e de serviços; no primeiro caso, nota-se o peso relativamente importante dos estabelecimentos de tamanho médio e, no segundo caso, destaca-se o peso das empresas de maior dimensão.

O aumento do número de estabelecimentos de Itaguaí ultrapassou o do número de empregados, e esse resultado foi obtido essencialmente na categoria de empresas de tamanho mais modesto; observa-se, contudo, o crescimento da população das grandes empresas, elemento distintivo do sítio. Isso não é surpreendente na medida em que o tamanho médio dos estabelecimentos, medido em termos de número de empregados, resistiu intensamente ao longo do período (cerca de 6% dos empregados em média).

Em Macaé, o número de empregados na economia formal praticamente triplicou em 16 anos, conseqüência do impulso da produção petrolífera na região. Os empregados apresentaram importantes progressões em todos os setores de atividade e, um pouco paradoxalmente, foi dentro da indústria – na qual estão classificados os trabalhadores do petróleo – que esse aumento foi menos elevado. Da mesma forma, o número dos postos de trabalho aumentou em proporções semelhantes entre todos os tamanhos de estabelecimentos. Consta-se, portanto, que o crescimento espetacular da cadeia petrolífera teve importantes efeitos sobre o conjunto das atividades do Município e sobre o conjunto do tecido empresarial local, válido para todas as categorias de porte de empresas.

Esses estabelecimentos macaenses multiplicaram-se em proporções bastante consideráveis em todos os setores e, logicamente, observa-se que o tamanho médio das empresas, medido em termos de número de empre-

gados, permaneceu estável durante o período em estudo (cerca de 2,1% do número de empregados em média).

O número de empregados em Nova Friburgo cresceu de 54% em 16 anos, apresentando resultados melhores que os obtidos pelo conjunto do interior fluminense. O setor de comércio apresentou a maior progressão de postos de trabalho (duas vezes mais do que a média intersetorial), ficando na frente dos serviços. O aumento dos postos de trabalho foi fraco na indústria e fortemente negativo na construção civil. O crescimento é, sobretudo, decorrente da criação de uma infinidade de micro e pequenos estabelecimentos, ao passo que as grandes empresas reduziram seus postos de trabalho no período.

Seguindo as mesmas tendências, o número de estabelecimentos friburguenses aumentou bastante nitidamente (135%) nesse período, principalmente entre os seus estabelecimentos de porte mais modesto. É importante observar que o ritmo de crescimento dos estabelecimentos foi mais intenso do que o ritmo de crescimento do emprego, refletindo um desempenho econômico para o Município, em termos de emprego, pior, em 2001 do que em 1985 (8,3 empregados por estabelecimento contra 12,5 empregados por estabelecimento, respectivamente). Isso é confirmado pela redução do tamanho médio dos estabelecimentos, medido em termos do número de empregados, que caiu durante o período (perto de 45% dos efetivos empregados em média).

As características e os desempenhos das quatro CPLs em seu conjunto e em relação ao interior

As quatro economias locais selecionadas apresentam evoluções com nítidos diferenciais entre elas nas três dimensões estudadas: em número de empregos, Macaé apresentou a tendência mais positiva, na frente de Itaguaí, Nova Friburgo e Campos; em termos de número de estabelecimentos, Macaé também está adiante de Nova Friburgo, Itaguaí e Campos; em termos de redução do tamanho médio das empresas, observa-se que ela foi mais intensa em Campos, Nova Friburgo, Itaguaí e Macaé, nessa ordem. A combinação evolução dos empregos/evolução do número de estabelecimentos só foi realmente favorável no caso de Macaé. O menor crescimento dos postos de trabalho nos outros municípios, agregado à redução média do tamanho das empresas, mostra antecipadamente os desafios que as CPLs terão que resolver. Em resumo, dois sítios se destacam nitidamente do conjunto: Macaé, que se caracteriza pelo crescimento forte e regular de seus indicadores, e Campos, que apresenta os piores resultados. No meio termo, situam-se Nova Friburgo e Itaguaí, que apresentaram evoluções que podem ser caracterizadas como médias.

Comparativamente às tendências no conjunto da economia do interior fluminense – que, vale lembrar, são mais favoráveis que aquelas do Estado – essa diferenciação de trajetórias dos quatro sítios se confirmam: somente o sítio de Macaé chega a resultados nitidamente superiores aos do interior, e Campos apresenta desempenho bastante inferior; as evoluções de Nova Friburgo e Itaguaí são aquelas que mais se aproximam da média da tendência de crescimento do interior (ver Tabela 2).

Tabela 2: Comparação entre as 4 CPLs em termos de emprego

Setores	Aumento do emprego 1985 – 2001	
	Maiores	Menores
Indústria	Macaé	Campos
Construção civil	Macaé	Nova Friburgo
Comércio	Macaé	Campos
Serviços	Macaé	Campos
Agropecuária	Campos	Nova Friburgo
Setor produtivo	Macaé	Campos
Setor não produtivo	Macaé	Nova Friburgo
Total geral	Macaé	Campos

Fonte: Elaboração própria.

Em se tratando de remunerações, de uma maneira geral, nos quatro sítios estudados, Macaé foi o que apresentou as melhores remunerações, enquanto Nova Friburgo ficava com a última posição, tanto em 1985, quanto em 2001. Esses resultados refletem nitidamente o tamanho das empresas. Em geral, quanto maiores as empresas, melhores são as remunerações pagas (ver Tabela 3).

Um último aspecto comparativo é realizado, levando-se em conta a definição da estrutura setorial de cada sítio, em 2001, tendo em vista a repartição dos empregos e identificação das semelhanças e divergências entre as diferentes configurações produtivas.

A plataforma de Campos é essencialmente dominada pelo setor de serviços e, em menor grau, pelo de comércio. Juntos, esses dois setores oferecem perto de 76% do emprego local. Os demais setores são inexpressivos.

A plataforma de Itaguaí mostra a hegemonia dos serviços (68,5% do emprego local), que, junto com o comércio, representam 86,3% do emprego total.

Tabela 3: Comparação entre as 4 CPLs em termos de remunerações

Setores/Remuneração	1985		2001	
	Maiores	Menores	Maiores	Menores
Indústria	Macaé	Campos	Macaé	Campos
Construção civil	Macaé	Campos / Friburgo	Macaé	Campos
Comércio	Macaé	Friburgo / Campos	Macaé	Campos
Serviços	Campos	Friburgo	Macaé	Friburgo
Agropecuária	Macaé	Itaguaí	Campos	Itaguaí
Setor produtivo	Macaé	Friburgo	Macaé	Campos
Setor não produtivo	Macaé	Itaguaí	Macaé	Friburgo
Total geral	Macaé	Friburgo	Macaé	Friburgo

Fonte: Elaboração própria.

Macaé tem uma estrutura em que os serviços estão em primeiro lugar (42,3% do emprego total), seguidos da indústria (28,2%), da construção civil (16,9%) e do comércio (11,9%), mostrando uma estrutura mais equilibrada do que Campos e Itaguaí em termos de peso relativo dos setores no emprego.

Nova Friburgo se distingue como sítio fortemente industrial (36% do emprego total), setor apenas ultrapassado, em termos de número de empregos, pelo setor de serviços (39,4%). O comércio apresenta uma posição mais modesta, quando comparado com os demais setores (21,2%), ainda que seja mais importante do que em Macaé e Itaguaí em termos de peso relativo (11,9% e 17,8% respectivamente). A construção civil tem uma posição marginal (2,8% do emprego total).

As estruturas setoriais do emprego em Campos e Itaguaí são as que mais se aproximam daquelas do interior, com predominância dos setores de serviços e comércio. As mais diferentes são as de Macaé, por causa do peso mais equilibrado entre os setores, e de Nova Friburgo, em razão de seu fundamento essencialmente industrial.

As atividades agrícolas no Estado do Rio e nas quatro CPLs

A agricultura brasileira foi palco, no final da década de 1960, de importantes transformações: mudança da base técnica, diversificação da produção e expansão de uma moderna estrutura agroindustrial. Essas mudanças imprimem um novo dinamismo às exportações agrícolas e agroindustriais do Brasil e, embora de forma mais lenta, influenciam a produção voltada para o mercado interno, que também se moderniza e se torna agroindustrial. Con-

seqüentemente, o mapa da produção agrícola e agroindustrial do País é redesenhado.

A evolução recente da agricultura fluminense

A agricultura⁷ fluminense vem perdendo importância no plano da agricultura nacional e na economia do Estado. Na década de 1940, ela contribuía com 5,5% da produção nacional, embora dispusesse de apenas 0,5% das terras agricultáveis do País. A importância das atividades agrícolas na economia fluminense também era significativa: 6,5% do PIB estadual. Quarenta anos depois, o peso econômico da agricultura fluminense reduziu-se a apenas 1,2% do produto agrícola nacional e 1,4% do PIB fluminense (CIDE, 2002), em virtude de uma evolução marcada pela estagnação (1960-1985) e queda da produção agrícola (1985-1996). Neste último período, o valor bruto da produção agrícola estadual sofre uma queda de 40% (IBGE, 1996).

A comparação entre a evolução recente da agricultura fluminense e da brasileira mostra que o declínio da agricultura estadual está claramente relacionado à sua dificuldade de acompanhar o processo de industrialização da agricultura em curso no País. A agricultura do estado do Rio de Janeiro cresce – paralelamente à nacional, embora em ritmo muito inferior – em toda a fase de crescimento extensivo da produção. Quando a agricultura brasileira inicia seu processo de industrialização, a agricultura fluminense estagna. E quando a agricultura brasileira começa a crescer de forma intensa, a agricultura fluminense perde acentuadamente terreno.

A crise do modelo de produção tradicional

A crise da agropecuária fluminense é, muitas vezes, explicada pela evolução negativa de seu principal produto, a cana-de-açúcar. Depois do café, produto que constrói, a partir do final do século XVII, a agricultura mercantil no Estado, a cana-de-açúcar é a única cultura cujo mercado ultrapassa a fronteira estadual. Uma análise da evolução das principais culturas mostra, entretanto, que a crise agrofluminense não se resume à crise do setor sucro-alcooleiro. Ela abrange, na verdade, a maioria de seus sistemas produtivos.

Entre os oito principais produtos agrícolas do Estado, cinco (arroz, banana, laranja, mandioca, milho) sofrem uma queda superior a 50% de sua área plantada. Dois outros – cana e café – também perdem área, embora de forma menos brutal, e apenas um – o tomate – expande sua produção. Paralelamente à perda de área, esses produtos sofrem, também, uma diminuição de seus rendimentos físicos (IBGE, 1996).

A evolução negativa da produção e da produtividade agrícola enfraquece a competitividade da produção fluminense. Ela perde progressiva-

mente posições no abastecimento do próprio mercado estadual, mantendo-se apenas nos produtos para os quais o fator proximidade é determinante na competitividade – os produtos perecíveis em particular – ou em mercados administrados pelo Estado, como o do açúcar e o do álcool até 1990. Nos demais produtos, a produção estadual foi completamente substituída pela de outros estados, ou (como no caso do açúcar e do álcool, do leite e da pecuária bovina) abastece somente mercados interioranos.

Pressão urbana e uso dos solos

Outra característica da evolução recente da agricultura fluminense é a forte pressão que vem sofrendo para usos alternativos das terras agrícolas. O Rio de Janeiro tem pequenas dimensões, é densamente urbanizado e sua capital concentra mais da metade das atividades econômicas do Estado. A dinâmica originária de sua região metropolitana – demanda por alimentos, por matérias-primas agrícolas e, sobretudo, demanda por terras para a expansão residencial urbana e para atividades de lazer e turismo – vem exercendo um impacto muito forte sobre as atividades agrícolas e as regiões rurais.

Essas pressões se expressam de forma diferenciada no espaço estadual, afetando mais fortemente algumas regiões. As áreas mais próximas à metrópole ou dotadas de localização privilegiada e/ou recursos naturais mais propícios ao lazer e ao turismo sofrem mais fortemente a pressão urbana pelo uso dos solos. A capacidade de resistência das atividades tradicionais das zonas rurais também varia. Uma área rural com atividades agrícolas em crise, por exemplo, possui menor capacidade de resistência às pressões urbanas.

Expansão urbana e crise agrícola determinaram, dessa forma, importantes mudanças no uso dos solos. A quarta parte (26%) da área agrícola do Estado passou a ter uso urbano entre 1985 e 1996 (IBGE, 1996), ocasionando, também, uma maior pressão sobre os ecossistemas estaduais. Os estabelecimentos agrícolas procuraram compensar essa perda de terras exercendo uma maior pressão sobre os recursos naturais remanescentes – matas – e terras em reserva (não trabalhadas). As matas naturais perderam 40% de sua área e metade das terras ditas guardadas em reserva passaram a ter uso agrícola. Essa é a explicação para o fato de que a terra trabalhada nos estabelecimentos agrícolas do Estado tenha sofrido uma redução de apenas 5%, apesar de os estabelecimentos rurais terem perdido 26% de sua área.

Impactos sobre o emprego agrícola

O impacto mais negativo da evolução recente da agricultura fluminense se deu sobre o emprego: o número de estabelecimentos agrícolas diminuiu

41,2%, e a atividade agrícola perdeu 45,9% de seus empregos (IBGE, 1996). A crise afetou mais diretamente os pequenos produtores: os estabelecimentos agrícolas com menos de 10 hectares perdem, no período, 45% de sua área. À medida que o tamanho dos estabelecimentos cresce, as perdas de área diminuem. Os estabelecimentos que tem entre 200 e 500 hectares perdem apenas 20% de sua área. Os estabelecimentos com mais de 500 hectares são a exceção: eles perdem 28% da área.

A queda do emprego rural pesou mais significativamente sobre algumas categorias de trabalhadores, em particular os mais frágeis: os trabalhadores familiares e os assalariados temporários. Esse efeito foi muitas vezes cumulativo, pois muitos assalariados temporários são também trabalhadores familiares. A mão-de-obra familiar concentrava-se, em parte, nos micro e pequenos estabelecimentos, os que mais sofreram com a crise. O número de estabelecimentos que não contrata força de trabalho externa sofreu, no período, uma redução de 43%; o número de assalariados temporários também se reduz fortemente (queda de 68%), em consequência da drástica redução das atividades agrícolas; o assalariamento permanente tem uma queda, no mesmo período, de 28%.

O papel estratégico da produção familiar na agricultura estadual

Apesar de ter sido profundamente golpeada pela crise, a pequena produção permanece desempenhando um papel estratégico na agricultura estadual. Não apenas continua sendo seu setor mais numeroso (80% dos estabelecimentos), como também contribui para a produção estadual numa proporção muito superior a seu acesso aos fatores de produção: com acesso a somente 32% da área agrícola do Estado e dispondo de poucos meios técnicos (87,5% utilizam exclusivamente força manual), é responsável por 41,3% da produção e emprega 64% da mão de obra agrícola estadual.

A importância relativa das atividades agropecuárias nas quatro CPLs

A crise da agricultura fluminense e a pressão urbana sobre o uso dos solos produziram impactos espaciais diferenciados, por causa da maior ou menor proximidade da capital, da importância relativa das atividades agrícolas nas economias regionais e municipais e de sua evolução recente. Os impactos foram mais fortes nos municípios onde a atividade econômica é menos diversificada ou onde a diversificação produtiva se baseava na transformação da produção agrícola. A proximidade da região metropolitana e dos pólos turísticos do Estado também influenciou a evolução das atividades agrícolas, em virtude da concorrência das atividades residenciais e de lazer pelo uso das terras agrícolas.

Os impactos regionais da crise da agricultura estadual

A agricultura perdeu – entre 1985 e 1996 – 25% de suas terras, o impacto regional dessa perda foi bastante variado. Em algumas regiões, como a metropolitana e a Baía da Ilha Grande, mais de dois terços das áreas agrícolas passaram a ter uso urbano e possuem hoje apenas uma agricultura remanescente. Outras regiões, como as Baixadas Litorâneas, o Vale do Paraíba e a Serrana, perderam entre metade e um terço de suas áreas agrícolas. Já o Noroeste e o Norte preservaram quase integralmente suas áreas agrícolas. As regiões Norte, Serrana, Noroeste e Vale do Paraíba mantêm-se, assim, como as mais importantes áreas agrícolas do Estado, todavia apenas nas regiões Noroeste (11%), Norte (6%) e Serrana (5%), a agricultura desempenha um papel mais importante no PIB regional.

A pequena participação das atividades agrícolas no PIB conduz à subestimação de sua contribuição ao emprego estadual. A agricultura emprega 175 mil pessoas, cerca de 6,2% da PEA estadual. No interior do Estado, o emprego agrícola representa 17% do emprego total. As regiões Serrana, Norte e Noroeste concentram cerca de 75% do emprego agrícola do Estado.

A evolução das atividades agrícolas nos sítios objetos da pesquisa

Entre os municípios onde se desenvolve a pesquisa, a agricultura tende a acompanhar a evolução de suas regiões. Na Região Metropolitana, onde se situa Itaguaí, a agricultura vem se tornando uma atividade econômica remanescente. No Norte, onde se situam Campos e Macaé, as atividades agrícolas sofreram os efeitos da crise – principalmente em termos de emprego e renda –, mas continuam entre as principais vocações econômicas regionais. Na região Serrana, os municípios de Teresópolis, Sumidouro, São José do Rio Preto e, em parte, Nova Friburgo vêm ampliando sua participação na produção agrícola estadual, com a produção de olerícolas.

A agricultura dos municípios pesquisados difere grandemente em importância. Campos apresenta valores relativos ao valor bruto da produção agrícola, à área dos estabelecimentos agrícolas e ao emprego agrícola superiores à soma dos valores dos três outros municípios.

O maior impacto da crise situou-se no município de Itaguaí. A participação da produção agrícola municipal no total estadual reduziu-se a um terço entre 1985 e 1996. E o emprego agrícola caiu quase à metade (52,2%). Como a cidade se situa na rota de expansão residencial metropolitana, os estabelecimentos agrícolas perderam para usos urbanos cerca de 40% de sua área.

Macaé também sofreu importante queda de sua participação na produção agrícola estadual (60%). A área que correspondia, em 1985, ao município de Macaé, abriga hoje duas cidades: Macaé e Quissamã. Nessa última

– antigo distrito rural de Macaé –, o emprego agrícola resistiu melhor do que em Macaé, onde a queda foi muito mais acentuada.

A crise das atividades agrícolas foi também significativa em Campos. Sua participação na produção agrícola estadual reduziu-se à metade e a população agrícola economicamente ativa diminuiu cerca de 40%. Em termos relativos, a renda e o emprego agrícolas resistiram melhor em Campos do que em Macaé e em Itaguaí. Em termos absolutos, o impacto da crise foi maior em Campos, em virtude do peso da atividade no Município.

Entre os municípios pesquisados, Nova Friburgo foi o que apresentou menor redução do valor da produção agrícola (22%), embora a área dos estabelecimentos agrícolas tenha sido reduzida quase à metade e o emprego agrícola, a dois terços de seu número de empregados.

Apesar da crise e de seu forte impacto sobre o emprego agrícola, este ainda desempenha um papel expressivo nos municípios pesquisados. A única exceção é o município de Macaé, onde o emprego agrícola representa apenas 6,5% da PEA municipal. Já Campos aparece como o Município onde a participação do emprego agrícola é a mais importante: 36,5%. Itaguaí e Nova Friburgo aparecem em posição intermediária: o emprego agrícola representa respectivamente 17,3 e 20,9% do emprego total desses municípios.

Em conclusão a produção agropecuária do estado do Rio de Janeiro vem sofrendo, nas últimas décadas, uma evolução negativa. Após duas décadas de relativa estagnação, ela passa, a partir de 1985, por uma queda significativa da produção, do emprego e mesmo da área agrícola. Esses resultados contrastam com a evolução extremamente positiva do setor e das atividades agroindustriais no País, demonstrando que a agropecuária estadual não conseguiu acompanhar a evolução nacional do setor a partir do processo de modernização, no final da década de 1960.

A crise da agropecuária fluminense é freqüentemente explicada pela evolução negativa de um ou vários de seus produtos. Foi o caso do café, no início do século XX, e é o caso da cana-de-açúcar, mais recentemente. A crise é, no entanto, mais geral, pois abrange a quase totalidade dos produtos do Estado e tem por base o esgotamento dos sistemas produtivos tradicionais e as dificuldades de modernização de sua produção.

Todas as regiões do estado sofreram com essa situação e seu principal efeito negativo, como vimos, situou-se no emprego. A diminuição de quase 50% da população economicamente ativa empregada na agricultura representou um forte impacto negativo para o interior do estado e marcou fortemente a dinâmica econômica e social de muitos municípios.

No quadro das regiões onde a pesquisa se desenvolve, o impacto das atividades agrícolas só não é importante em Macaé. Campos dos Goytacazes

é o município onde esse impacto é mais importante: as atividades agrícolas e agroindustriais dominam a economia municipal e representam mais de um terço do emprego.

Notas

1. Para uma abordagem espacial desta perda de fôlego da economia fluminense, consultar Santos, 2003.

2. Em verdade, mesmo que essas iniciativas tenham sido tomadas bastante tardiamente, deve-se lembrar o interesse do governo estadual dirigido por Marcelo Alencar, com vistas ao desenvolvimento do interior, nos anos 1997-1998 em particular. Outras decisões concretizaram essa preocupação: criação da Agência de Desenvolvimento do Noroeste Fluminense, secretarias estaduais interiorizadas, recálculo do ICMS com redução do repasse da cidade do Rio em favor dos municípios do interior, lançamento das plataformas de montagem de automóveis em Porto Real (Citroën-Peugeot) e Resende (Volkswagen), criação da Associação de prefeituras do Interior para favorecer a descentralização etc.

3. Um Programa de apoio ao desenvolvimento municipal (Padem) foi criado no ano 2000 pelo governador A. Garotinho, para, entre outros, ajudar as prefeituras a montar dossiês de pedido de financiamento para os investimentos e distribuir verbas estaduais. O funcionamento muito recente do Padem não nos permite avaliar a sua atuação e seus impactos em termos de gerenciamento do desenvolvimento local.

4. É importante destacar que as estatísticas do IBGE sobre o estado do Rio de Janeiro não levam em conta, desde há alguns anos, a produção do setor naval, que está, desde os anos 2000, em processo de revitalização, e subestimam a contribuição do setor têxtil/confecções, o que já foi reconhecido publicamente pelo Instituto e pela Federação de Indústrias.

5. Convém aqui lembrar que, se as taxas de crescimento das grandes cidades brasileiras foram elevadas até os anos de 1950-1960 – com taxas anuais situadas entre 4% e 6% – elas caíram nitidamente em seguida. Esta evolução é ainda mais verdadeira tratando-se da área metropolitana carioca, cuja taxa de crescimento passou de 3,7% no período de 1940-1970 para 2,4% nos anos de 1970-1980 e para 1% na seqüência 1980-1991. Ao mesmo tempo, um outro fenômeno importante, e que se verifica amplamente no estado do Rio de Janeiro, é que a taxa de crescimento das metrópoles brasileiras tornou-se inferior à taxa de crescimento da população urbana, o que significa a emergência de cidades de médio porte.

6. Em Hasenclever e Fauré (2004), indicam-se, na seção metodológica, as modificações introduzidas ao longo do tempo na RAIS e as cautelas necessárias ao uso dessa fonte de informação. Indicam-se as agregações utilizadas – em termos principalmente de categorização de tamanho dos estabelecimentos e de grandes setores (produtivos versus não produtivos) – para melhor adequar os dados da

RAIS aos objetivos da pesquisa. Também podem ser encontradas observações muito detalhadas sobre o estado do Rio de Janeiro, sobre o interior fluminense e sobre as quatro CPLs, que dizem respeito ao número, ao tamanho, ao peso setorial dos estabelecimentos, ao emprego e às remunerações.

7. No sentido amplo: agricultura, pecuária e silvicultura.